

A "CARTOGRAFIA SERTANISTA" E AS CONQUISTAS PORTUGUESAS NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII)

Tiago Kramer de Oliveira

Universidade Federal de Santa Catarina

kramerhis@gmail.com

Resumo

O artigo apresenta os resultados de nossa pesquisa sobre alguns mapas que representaram as conquistas portuguesas no centro da América do Sul, na primeira metade do século XVIII. Nosso objetivo é testar uma redefinição para os mapas classificados como "mapas sertanistas" por Jaime Cortesão. Nossa hipótese é que tais mapas – longe de representar uma cartografia primitiva – são parte da produção de conhecimento, e das conquistas de territórios, típica da Época Moderna e que servem a interesses econômicos, políticos, geopolíticos e científicos, todos eles relacionados às conquistas dos territórios americanos representados nos mapas.

Palavras chave: Cartografia das conquistas portuguesas; Mapas da América Latina Colonial; História da Cartografia Moderna.

Abstract

This article presents the results of our research about some maps that represent the Portuguese conquests in the center of South America in the first half of the eighteenth century. Our attempt is to test a redefinition to the maps classified as "mapas sertanistas" by Jaime Cortesão. Our hypothesis is that such maps - far from being representatives of a "primitive mapping" - are part of a production of knowledge on the conquered territories, typical of the Modern Age and that served to economic, political, geopolitical and scientific interests, all of them in close relationship with the conquests of the American territories represented on the maps.

Key-words: Cartography of the Portuguese conquests; Maps of the Colonial Latin America; History of the Modern Cartography.

Entre as últimas décadas do século XVII e meados do século XVIII terras no interior da América do Sul, habitadas por diversas sociedades indígenas, foram percorridas, conquistadas, colonizadas e mapeadas por súditos da coroa portuguesa. A região central da América do Sul, apesar de ter sido visitada esporadicamente em períodos anteriores, tanto por espanhóis quanto por portugueses, apenas passa a contar com ambientes coloniais fixos com a descoberta de diversas áreas ricas em ouro. As primeiras amostras significativas foram colhidas por volta de 1718, a "colonização efetiva iniciou em fins de 1722, na invasão de territorialidades indígenas milenares" e a edificação do arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (ROSA, 2003, p. 14-15).

Entre os diversos documentos que construíram discursos sobre os primeiros anos dessas conquistas estão aqueles que foram contemporaneamente classificados como "mapas sertanistas". Acreditamos que a análise dessa rica documentação, praticamente ignorada pelos estudiosos, pode lançar luz sobre aspectos da história e da cartografia das conquistas europeias nos interiores da América. Neste artigo iremos explorar apenas um desses muitos aspectos: as conexões entre alguns desses mapas e a produção cartografia científica.

O uso do termo "sertanista" para classificar esses mapas foi empregado inicialmente por Jaime Cortesão, escritor e historiador português que viveu no Brasil entre 1940 e 1957 (OLIVEIRA, 2010, p. 1). Tal qual um explorador que recebeu notícias sobre a existência de um tesouro escondido, Cortesão seguiu as pistas deixadas pelo "padre matemático" Diogo Soares que, em 1730, informou ao rei português que se achava de posse de uma diversidade de documentos (notícias, roteiros, mapas) "dos melhores sertanistas de São

Paulo, Cuiabá, Rio Grande e da Prata¹. Era de público conhecimento que as notícias e relatos de viagem recolhidos por Diogo Soares estavam na Biblioteca Pública de Évora, local onde, em vão, o autor fez busca pelos mapas. Não obstante, ele os encontraria por acaso na Biblioteca Nacional brasileira. Não deixou de expressar os sentimentos diante do achado,

Não foi sem emoção que demos com esse tesouro e nos debruçamos e estudamos aqueles traçados. Caracterizados quase sempre pelo seu primitivismo, o grupo dessas cartas que abrange a zona das monções, isto é, das expedições exploradoras e colonizadoras, que em épocas regulares partiam de São Paulo para Cuiabá, sobressai pelos traços vigorosos e rápidos e prima entre outros pela rudeza, a segurança, e, se nos é permitido em caso tal, pelo poder de síntese. (CORTESÃO, 2009, Tomo II, p. 232)

Ao afirmar que os “mapas sertanistas” são marcados pelo “primitivismo, ou melhor, o arcaísmo índio do traçado” (CORTESÃO, 2009, Tomo II, p. 233) Cortesão faz, ao mesmo tempo, um elogio à “geografia dos índios” e estabelece uma considerável distância entre esses mapas e a herança da cultura material europeia. Próxima à caracterização do intelectual português está a percepção do historiador paulista Sergio Buarque de Holanda para quem “os toscos desenhos e os nomes estropiados” de alguns mapas do século XVII oferecem um “panorama simbólico” do fato de que em “quase tudo, os adventícios deveram habituar-se às soluções e muitas vezes aos recursos materiais dos primitivos moradores das terras” (HOLANDA, 1994, p.23)².

Entre os vinte e um mapas classificados por Cortesão como “sertanistas” há alguns que, pela rusticidade dos traços, foram subclassificados como “bandeirantes”, uma vez que possuiriam “irrecusável parentesco com a cartografia primitiva do aborígene” (CORTESÃO, 2009, Tomo II, p. 233). Entre eles estão três mapas que fazem referência às minas do Cuiabá: o *Mapa rudimentar do alto Paraguai com seus afluentes entre os quais o Cuiabá e o Porrudos*³ (Figura 1), *atual São Lourenço*; *Mapa da região das monções de São Paulo a Cuiabá*⁴ (Figura 2) e; o *Idea da topographia athe as novas minas de Cujaba* (Figura 3)⁵.

Podemos de fato denominar como *mapas* esses rústicos desenhos? Qualquer pesquisador que tenha familiaridade com as mais contemporâneas classificações *do que é um mapa* pode responder

¹ Carta de Diogo Soares A D. João V apud TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoeiros*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1981, p. 28. É preciso ponderar que na carta Diogo Soares faz referência aos “mapas dos sertanistas” e não “mapas sertanistas”.

² O estudo das interpretações de Holanda e Cortesão aos mapas sertanistas mereceu um artigo específico (OLIVEIRA, 2013).

³ O documento tem na maior parte da sua composição traços grossos e escuros, e é desenhado em sobreposição a outro, em tinta mais clara. Há também correções e anotações feitas posteriormente, em cor mais clara, por outra pessoa. O desenho representa em escala reduzida (comparando-se os dois mapas seguintes) os rios e lagoas da Bacia do Paraguai, que eram caminho para as Minas do Cuiabá.

⁴ Levando em conta a forma como as redes fluviais estão representadas podemos dividir o mapa em duas metades. Na parte direita um caudaloso rio ergue-se como um galho espesso e os demais rios, como galhos menores, unem-se ao principal. Os traços demonstram que os riscos que representam os rios são mais fortes próximos ao galho principal e enfraquecem-se na medida em que se distanciam dele. O rio que orienta a localização dos demais é o chamado Rio Grande (que seria o equivalente ao rio Paraná), ao nordeste o limite é o rio Piracicaba, ao sudeste o rio Tibagi, a sudoeste o rio “Himinhema”(Ivinhema) e a noroeste o rio “Auacuriu” (Sucuriú). Na outra metade do mapa, do lado esquerdo, não há o equivalente a um veio principal. Há sim, uma base estreita a partir da qual se abrem os rios. A aparência não é de um tronco de árvore, mas de um arbusto, onde a partir de uma base os ramos abrem-se como em um leque. Na base, o topônimo é Paraguay. A base, contudo, não é ponto de convergência entre os ramos. As marcas da tinta demonstram que os traços que marcavam os rios eram bastante descontínuos, e tanto o início quanto o fim da maioria deles não é definido. Mesmo na convergência dos rios, logo acima da base, os traços não se unem, ou seja, não foi estabelecido um ponto de convergência a partir do qual a rede hidrográfica seria representada.

⁵ O documento não é datado, mas certamente é da década de vinte do século XVIII, talvez anterior a 1723, uma vez que não representa o varadouro de Camapuã, que passou a partir desse ano a ser parte do principal caminho para as minas do Cuiabá. No topo à direita é representado o rio Tietê e ao sul o limite é Buenos Aires.

afirmativamente, alegando, com algum texto de J. Brian Harley em mente, que podem ser considerados mapas quaisquer representações gráficas que constroem representações sobre o espaço⁶.

Em retrospectiva, contudo, a definição desses desenhos como *mapas* na Época Moderna não é tão fácil. Como afirma Denis Wood, a simples definição de *mapa* como representação de uma parte da superfície da terra o *naturaliza* e o *universaliza* como aspecto humano de orientação espacial comum a todos os povos do mundo, o que tira da definição de mapa o contexto no qual ele opera e as funções que cumpre (WOOD, 2010, p. 18-19).

No dicionário Bluteau, de 1728 - cuja versão *on line* se tornou uma espécie de oráculo dos historiadores que estudam o Brasil Colonial - a definição de mapa é a seguinte: "carta geográfica e hidrográfica, em que se representam os dois planisférios o antigo e o novo mundo" (BLUTEAU, 1728, p. 313)⁷. Em um de seus diversos textos sobre a cartografia hispânica do século XVI, Ricardo Padrón nos apresenta a definição do *Diccionario de Autoridades* (publicado entre 1726 e 1739):

la descripción geográfica de la tierra, que regularmente se hace en papel ò lienzo, en que se ponen los lugares, mares, rios, montañas, otras cosas notables, con las distancias proporcionadas, segun el pitipié que se elige, señalando os grados de longitúd e latitúd que ocupa el País que se describe, para conocimiento del parage ò lugar que cada cosa destas ocupa en la tierra (Diccionario de Autoridades, apud PADRÓN, 2002, p. 43).

As definições de mapa acima apresentadas distanciam os rústicos desenhos sertanistas do *lugar* ocupado pelos *mapas*, o que parece corroborar para o argumento de Padrón de que o significado da palavra *mapa*, e o uso de outros termos para formas não científicas de cartografia, denota o reconhecimento da hegemonia de uma cartografia científica e sua exclusividade na produção de "mapas reais" (PADRÓN, 2002, p. 43).

Muito distante dos interiores da América estariam, portanto, o *locus* de produção e de enunciação do "verdadeiro" conhecimento cartográfico⁸. Em concomitância à produção dos rústicos desenhos que representavam as mais recentes conquistas portuguesas, o célebre cartógrafo francês Guillaume De L'Isle produzia seu mais conhecido trabalho e o apresentava, em 1720, à Academia Real de Ciência, em Paris, em dissertação "com o título de 'Determination géographique de la situation et de l'entendue dos diferentes parties de la Terre'" (CORTESÃO, 2006, Tomo 1, p. 274).

Para continuarmos no campo dos acontecimentos concomitantes, é também a partir de 1720, segundo Cortesão, que teria ocorrido um "renascimento das ciências geográfica e cartográfica em Portugal". Em alguma medida esse "renascimento" estaria ligado à reação portuguesa à divulgação da dissertação de Guillaume de L'Isle, que seria publicada apenas em 1722 nas *Memórias* da Academia (CORTESÃO, 2006, v. 1, p. 274-291; COSTA, 2007, p. 105). Seu minucioso estudo deslegitimava os mapas (e os interesses geopolíticos) portugueses que, de forma antes fraudatória do que errônea, desviavam o continente Americano a leste da linha de Tordesilhas (CORTESÃO, 2006, Tomo 1, p. 275).

Podemos observar que no mapa do primeiro geógrafo do rei da França (Figura 4), na porção central da América do Sul, uma imensa lagoa, *Lac des Xarayes*, tal qual nas narrativas e mapas espanhóis. Embora não contasse com ambientes coloniais fixos, as terras que cercam a lagoa seriam parte dos domínios

⁶ Para Harley "Maps are graphic representations that facilitate a spatial understanding of things, concepts, conditions, processes, or events in the human world". O autor acrescenta ainda que "Such a definition reflects the fundamental concern of the History both with maps as artifacts and with the way maps store, communicate, and promote spatial understanding. It is also designed to free the subject from some of the more restrictive interpretations of its scope. The words "human world" (in the widest sense of man's cosmographic surroundings) signal that the perspective of the History is not confined to those maps of the earth whose description constitutes so much of the existing literature". I (HARLEY, 1987, p. xvi-xvii).

⁷ Em continuidade à definição: "Escreve Eustácio que Aniximander foi o primeiro que fez em mapa a descrição do mundo, & depois dele Nearchus, Democrito, Eudoxo & e. *Tabula descriptionem orbis continens* (Naquela folha de papel, como se fora hum mapa do mundo. Vieira, tomo 1, pag. 1018)"

⁸ Sobre a noção de *locus of enunciation* ver MIGNOLO, 1998, p. 12-22.

castelhanos. Apenas na segunda metade do século XVIII consolidar-se-ia, na cartografia científica europeia, a representação do centro da América do Sul mais próxima daquela que temos hoje, com a definitiva ruptura com a representação da mítica *Laguna de los Xarayes* (COSTA, 2007, p. 21-36).

No intervalo, de aproximadamente trinta anos, entre a apresentação da dissertação de De L'Isle e a assinatura do Tratado de Madrid, a coroa portuguesa dispendeu esforços para produzir mapas que favorecessem seus interesses nas negociações diplomáticas que definiriam os limites entre os domínios europeus na América do Sul (Cortesão, 2006, Tomos I e II).

A dimensão diplomática, geopolítica e cartográfica da história da produção desses mapas tem sido narrada sem que sejam seriamente levadas em conta as espacializações dos ambientes coloniais portugueses nos interiores da América. O estudo dos "mapas sertanistas" pode ser um dos vários caminhos possíveis para trazer à superfície a relação entre a espacialização das conquistas e a produção de mapas que fazem referência a elas. Podemos repetir a provocação feita por Ricardo Padrón: "one might protest that travel narratives, itinerary maps, and nautical charts represent maps of a particular class - so-called way-finding maps - that primarily serve the purpose of "getting there," rather than of conceptualizing space or figuring geographical knowledge" (PADRÓN, 2002, p. 42). A rústica cartografia das conquistas portuguesas nos interiores da América foi mais que um meio para a produção de mapas eruditos ou para a elaboração de uma estratégia diplomática.

A definição dessa cartografia como típica da Época Moderna se torna problemática quando nos defrontamos com autores que a definem no âmbito de uma "racionalização geométrica do espaço"⁹. Na *genealogia* da ciência cartográfica, a comparação entre a cartografia *científica* e a cartografia denominada "sertanista" apresenta uma série de características que afastam a última dos padrões da cartografia científica europeia, entre elas a imprecisão nos traços, a desproporcionalidade, a falta de escala, a inobservância da latitude e da longitude e etc. Essas distâncias revelariam de fato uma aproximação com a "geografia dos índios"? Seriam os "mapas sertanistas" mais um dos vários elementos da cultura material indígena a ser apropriado pelos colonizadores?

Uma aproximação com os estudos sobre a cartografia no contexto da conquista espanhola na América pode servir para nos fornecer subsídios, tanto empíricos quanto conceituais. O estudo sobre a conquista do México no século XVI, tornou-se quase paradigmático para tratar da relação entre conhecimentos europeus e ameríndios na produção de mapas. Diversas abordagens como a de Carlo Gruzinski (2003), Walter Mignolo (1998), Barbara Mundy (2000) e Ricardo Padrón (2002) exploraram o tema.

Walter Mignolo, no livro *The Darker Side of the Renaissance* (1998) constrói sua interpretação a partir da perspectiva de que a cartografia é uma forma de "colonização do espaço". Não ignorando as interações existentes entre os diversos personagens envolvidos na conquista dos territórios, Mignolo afirma que

European maps and Spanish territorial administration historically became the "true representation" of a New World and the Indias Occidentales. Looking at them as social and semiotic interactions and territorial control instead of as representations of an ontological space (...) opens up new ways of understanding in which cognitive patterns become embedded in social actions and representations become performances of colonization. (1998, p. 313).

Para Mignolo, a cartografia da Época Moderna não é necessariamente um movimento na direção de uma racionalização geométrica do espaço e ordenamentos espaciais alternativos coexistem de diversas formas e intensidades (MIGNOLO, 1998, p. 256-257).

Dos estudos sobre a cartografia da conquista do México, o de Barbara Mundy é aquele que decididamente explora as minúcias das heranças indígenas nos mapas mexicanos, desvendando seus códigos e símbolos. Os mapas produzidos no México, no período anterior à conquista espanhola (e em exemplares posteriores que reproduziram suas técnicas), são pinturas coloridas e com códigos complexos, que dificilmente seriam identificados com mapas por quem desconhecesse os padrões de representação. Como nos aponta Gruzinski, os mapas ameríndios eram "pinturas" sofisticadas, com código estilístico, utilização cuidadosa

⁹ Definição de David Woodward (apud Padrón, 2002, p. 31; apud Mignolo, p. 370, nota 9).

das cores e mesmo depois do início da colonização espanhola muitas representações de ambientes coloniais eram feitas a partir da atualização dos glifos (2003, p. 50).

Para Gruzinski, o processo de ocidentalização alteraria profundamente essas formas tradicionais de representação do espaço. Ao serem inseridos na trama da colonização espanhola os ricos mapas passam a ganhar

traços imprecisos, esquematismo elementar e, quando a cor aparece, borrões nos levam para bem longe da sofisticação caligrafada nas "pinturas" pré-hispânicas e remetem ao *croqui*. Mais pessoal, mais subjetivo, portador de uma informação sumária e unívoca, traçado com a pena e não mais com o pincel, o *croqui* espanhol constitui uma forma de abstração da realidade que recorre a um conjunto de convenções menos estandardizadas e bem menos fáceis de identificar do que as do mapa indígena (GRUZINSKI, 2003, p. 76).

Há muitas distâncias entre os modos de representar o espaço das conquistas portuguesas do centro da América do Sul do século XVIII e no México central do século XVI. Também as relações sociais, políticas e econômicas são bem diversas. Quem eram os "cartógrafos" indígenas mexicanos na época da conquista? A resposta nos é dada por Mundy e Gruzinski: tratam-se de membros das elites indígenas, que eram denominados pelas autoridades espanholas como parte do grupo dos *principales* reconhecidos pelos conselhos administrativos (*cabildos*) das povoações hispano-americanas. Esses *pintores* passaram a dominar, além das convenções do seu mundo, as convenções dominantes na Europa para a produção cartográfica (MUNDY, 2000, p. 61;64; GRUZINSKI, 2003, p. 78¹⁰). Era o lugar social ocupado por esses *pintores*, no contexto do jogo de alianças entre espanhóis e algumas sociedades ameríndias que permitiu continuidades e impôs descontinuidades às suas práticas de representação do mundo. Com o enfraquecimento do poder dos indígenas nos *cabildos* também se tornaram mais escassas as pinturas ameríndias e o lugar de ensino de suas técnicas foi deslocada para a marginalidade da sociedade colonial (GRUZINSKI, 2003, p.105-106).

O argumento de Holanda e Cortesão de que a rusticidade dos mapas sertanistas revelaria o indubitável parentesco com a cartografia indígena tem servido para que pesquisadores defendam o caráter mestiço de representações cartográficas da América Portuguesa, aproximando o português e o brasileiro da perspectiva que Serge Gruzinski desenvolveu em seus estudos sobre o México¹¹. A rusticidade dessa cartografia parece revelar justamente o contrário: a submissão do espaço às representações típicas da cartografia não erudita das conquistas europeias.

Em uma aproximação possível afirmamos que tanto o *croqui* à espanhola quanto os mapas que analisamos emergem das necessidades da conquista europeia na América, da imposição de uma lógica europeia de representação do espaço, mesmo que informações ou ainda símbolos indígenas (como no caso dos mapas mexicanos) sejam espacializados no mapa. Tal percepção não significa, portanto, a exclusão dos ameríndios das relações sociais que possibilitaram o surgimento dos "mapas sertanistas". Os conhecimentos ameríndios sobre os espaços representados, a toponímia e a localização de rios, morros, aldeias, foram muitas vezes apropriados pelos fazedores de mapas e relatos, o que não exclui a percepção desses mapas como prática de conquista do espaço.

Seguindo os passos de Cortesão, Mario Clemente Ferreira atribuiu a "bandeirantes anônimos"¹² a autoria desses mapas e afirmou que "na cartografia sertanista, a preocupação relativa às indicações práticas das

¹⁰ Para Gruzinski "os dois modos estão bem longe de ter o mesmo peso: a ocidentalização do espaço já era algo praticamente definitivo, enquanto a linguagem antiga tendia a se corromper, e as pictografias desaparecem da maioria dos mapas feitos após 1620, ou pelo menos daqueles que foram feitos a pedido das autoridades espanholas. Sintoma de perda de uma técnica e de um saber, que é preciso assinalar, sem contudo deixar de nuançar. Apesar deste desaparecimento paulatino, mantém-se uma cartografia propriamente indígena até o fim da época colonial, fundada em adequações, empréstimos e ajustes concebidos e postos em prática nas últimas décadas do século XVI" (2003, p. 78).

¹¹ Ver KOK, 2009.

¹² Lembrando que o personagem "bandeirante" é uma invenção do século XIX e XX. Na documentação que analisamos, da primeira metade do século XVIII, não há nenhuma referência ao termo "bandeirante" e tampouco subsídios para uma distinção entre "sertanistas" e "bandeirantes". Sobre o tema ver BLAJ, 2002, p. 41-85.

distâncias (em léguas ou dias de viagem), da sinalização de acidentes naturais (morros, serras, ilhas) e das informações sobre o povoamento indígena e o traçado de caminhos sobrepõe-se ao rigor científico, o qual, aliás, está quase ausente destes mapas” (FERREIRA, 2007, p. 3). Não precisamos discordar de Ferreira para questionar se esse “quase” não poderia revelar aspectos fundamentais sobre a construção textual dos desses mapas.

No século XVIII, mesmo a cartografia erudita dos séculos XVI e XVII era questionada pela falta de rigor científico. A partir de meados do século XVII, franceses e holandeses consolidaram-se na vanguarda da produção de mapas na Europa utilizando-se de códigos e representações que ainda são predominantes na cartografia hodierna. Em fins do século XVII essas técnicas começariam a penetrar com evidência em solo português, consolidando-se apenas no reinado de D. João V. Foi em 1722 que Manoel Azevedo Fortes lançou em Portugal sua primeira obra de instrução cartográfica, baseada em manuais franceses do final do século XVII. As técnicas, contudo, não se consolidariam na representação de ambientes coloniais portugueses antes de 1740 (CORTESÃO, 2006, TOMO I, p. 284; BUENO, 2005/2006/2007, p. 79-81).

Ao contrário do que se pode concluir em uma primeira leitura, podemos identificar pontos em comum entre os “mapas sertanistas” e os mapas eruditos europeus. Abaixo (Figura 5) recortamos alguns detalhes de mapas do século XVI e XVII que representam a embocadura do rio da Prata e os comparamos com o desenho do mapa *Idea a Topographia* (canto superior esquerdo).

Fizemos alguns pequenos quadros para destacar as representações dos acidentes geográficos. Ao lado direito/acima do quadro está um recorte do mapa *Amerique* de Guillaume Testu. Trata-se de um mapa que compõe a obra *Cosmographie universelle...* (1755, p. 96). Para podermos comparar esse mapa com o *Idea a Topographia* giramos imagem em 180°, uma vez que a orientação original do mapa inverte o sentido norte/sul que estamos acostumados a observar. Mesmo neste fragmento podemos notar que os topônimos inseridos no mapa foram escritos em várias orientações, o que é a regra nos mapas que, como o de Testu, que têm sua matriz nos portulanos medievais e continua sendo comum nos mapas eruditos do século XVI e XVII. Vemos que no mapa de Guillaume De L’Isle (Figura 4) todos os topônimos podem ser lidos sem que haja necessidade de uma mudança na orientação do mapa, o que é uma característica da cartografia do século XVIII. O detalhe imediatamente abaixo do fragmento do *Idea a Topographia* é de um dos mapas do atlas *Descrição de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz chamado vulgarmente o Brasil*, de 1640, de autoria de João Teixeira Albernaz (o velho). Em um dos quadros que sobrepomos a este mapa (logo acima da letra R de Rio da Prata) Albernaz escreveu “baixo em que não quebra o mar, muito perigoso”. Esse tipo de aviso aos navegantes foi sendo suprimido dos mapas dos grandes cartógrafos. Essas informações ficaram reservadas aos roteiros de viagem. No *Mapa das Monções* (Figura 3) há alguns alertas parecidos: sobre a correnteza no rio Ivinhema; a existência de uma “horrenda cachoeira” e; de “um redemoinho espantoso”. O recorte que está no canto inferior direito da Figura 5 é de um dos dez mapas assinados pelo sertanista Bartolomeu de Pais de Abreu, com a data 1719, e que compõem a *Demonstração da Costa desde Buenos Ayres athê a Villa de Santos*. É evidente no mapa de Abreu a semelhança com o mapa de Albernaz, o que revela que o primeiro serviu de base para a produção do segundo. Como afirma Antônio Gilberto Costa, os mapas de Albernaz foram referências para a representação dos territórios portugueses na América até o fim da primeira metade do século XVIII (COSTA, 2007, 105), quando seriam produzidos novos mapas sob o impulso da renovação da ciência cartográfica em Portugal.

Olhando os detalhes que destacamos com os pequenos quadros não é difícil defender a hipótese de que a forma de representar as características do ambiente físico da região do Prata no *Idea da Topographia* é uma simplificação da forma como outros mapas as representaram. Apesar de não sabermos quem é o autor do *Idea da Topographia* podemos afirmar que se trata de alguém com conhecimentos da cartografia erudita, o que não exclui a possibilidade de ser um “sertanista”, tendo em vista a sofisticação do mapa assinado por Bartolomeu Pais de Abreu. Mas a afirmação de que se trata de uma tradição europeia não resolve a questão da “modernidade” desses mapas.

O único dos três mapas que apresentamos no começo do artigo que possui um título escrito pelo próprio autor é o mapa *Idea da topographia athe as novas minas de Cujaba*¹³. O que revela o objetivo do autor, que não era o de oferecer um minucioso estudo topográfico, mas uma “ideia”, um esboço, uma aproximação das características físicas e da localização das principais povoações do extenso território que separava o litoral atlântico das conquistas das Minas de Cuiabá. Os mapas topográficos, assim como os mapas portulanos e os mapas de itinerários, remontariam, segundo P. D. A. Harvey (1987, p. 283-285) à tradição da cartografia medieval. Argumento que serviu para Ricardo Padrón defender que muitos mapas do começo da Época Moderna seriam produtos de uma imaginação cartográfica medieval, nos quais o discurso da Reconquista, da cavalaria, de um cristianismo universal marcavam o modo como os ibéricos construíam a imagem de seus impérios e de suas conquistas ultramarinas (PADRÓN, 2002, p.55). Em nosso caso parece absurdo estendermos a afirmação de Padrón aos rústicos mapas das conquistas portuguesas no século XVIII. No entanto, a afirmação de Padrón pode nos levar a refletir sobre os enganos que podem ser cometidos ao classificarmos os mapas a partir de alguns aspectos morfológicos e da continuidade dos valores que eles transmitem, e deixarmos de lado os novos papéis que eles passaram a desempenhar a partir do século XVI. Como afirma Denis Wood,

Though in 1400 few people used maps, by 1600 people around the world found them indispensable. There is a divide here that is impossible to evade. Recall the dates at which maps really begin to appear in the historical record: Islamic artifacts may date to the 10th century, but maps don't become common until the 15th and 16th centuries; the oldest surviving map of China may be from the second century BCE, but maps aren't common until the 12th and only become abundant in the 17th century; large-scale Japanese maps may survive from the eighth century, but national and provincial maps only begin appearing in the late 16th century and are not common until the 17th; the oldest surviving Hindu globe is from the 15th century; Vietnamese and European maps become plentiful only in the 15th and 16th centuries; Mesoamerican maps survive largely from the 16th century; Malay maps from the 16th century. Again and again we find large, centralized societies everywhere in the world, inaugurating mapmaking traditions as part of their transition to the early modern state (again, a transition China may have begun in the Song). For mapmaking, this transition has had the recent attention of scholars working in Japan, China, Thailand, Russia, Europe, the North American colonies, New Spain, and elsewhere. (2010, p. 27-28).

É em escala global que devemos observar a emergência da rústica cartografia das conquistas portuguesas do século XVIII. O que dá aos “mapas sertanistas” a *modernidade* que a eles atribuímos é a forma como articularam-se e tornaram-se expressões da dimensão colonial das conquistas portuguesas na América. Produzir mapas era uma prática própria das relações sociais que engendraram a conquista, a colonização e a administração dos territórios.

O valor social do mapa na Época Moderna não era medido simplesmente pela sua aproximação ou distância da exatidão matemática, tampouco pela capacidade dos fazedores de mapas em inseri-lo em uma racionalidade geométrica. Como afirma Brotton, “primarily through the sheer diversity of situations within they came to give meaning to the social lives of those people who increasingly used them within the worlds of trade, commerce, arte, diplomacy and imperial administration” (1997, p. 25-26).

A percepção de que os mapas holandeses (os mesmos que, como apontaram Harley e Zandvliet, figuram no discurso genealógico da cartografia como marcos do surgimento da ciência cartográfica moderna) e depois franceses, que passaram à vanguarda da produção cartográfica no século XVII e XVIII representavam o centro da América do Sul a partir de narrativas “míticas”, revela o significado da cartografia do sertanismo para a redefinição das representações que circulavam na Europa sobre os interiores da América do Sul. Aspecto que reforça o argumento de Harley sobre a impertinência de uma definição de

¹³ Os demais nomes foram atribuídos por Jaime Cortesão.

cartografia científica como sendo aquela que mais se aproxima de uma pretensa realidade, distanciando-se da arte e da imaginação¹⁴.

A ruptura com as representações do mar de Xarayes emergiram na rústica cartografia das conquistas já na década de 1720 do século XVIII. O *Mapa rudimentar do alto Paraguai com seus afluentes entre os quais o Cuiabá e o Porrudos* é o melhor exemplo dessa ruptura. Em seu desenho podemos notar que entre o rio Taquari e o rio dos Porrudos está inscrita a palavra, não necessariamente toponímica, "Pantanaes". É a primeira representação cartográfica que assim representa a característica deste ambiente cujo topônimo *Pantanal* iria impor-se – do lado português e depois brasileiro - para denominar a imensa planície alagável no centro da América do Sul. Mas não é apenas em relação aos *Pantanaes* que a cartografia do sertanismo é inaugural, mas em relação ao próprio curso do rio Paraguai e a delimitação de limites (ainda que bastante porosos) entre territorialidades portuguesas e espanholas. Conhecimentos cartográficos que foram construídos a partir do diálogo com todo o conjunto de práticas de conquista de territórios ameríndios e em litígio com a coroa espanhola. É impressionante, por exemplo, a semelhança dos *perfis esquemáticos* do *Mapa Rudimentar* e de um mapa do demarcador de limites, engenheiro, astrônomo e cosmógrafo Miguel de Ciera (Figura 6). O mapa integrava o "belo atlas, com o qual presenteou o rei D. José I, em 1758" (COSTA, 2009, p. 189).

Apesar do título do mapa de Miguel Ciera declarar em latim tratar-se da "primeira descrição exata dos rios da Argentina, Paraná e Paraguai", percebemos que a cartografia sertanista, por volta de 1720, construiu uma tradição na representação do centro da América do Sul que, apenas em 1758, seria apropriada pelo discurso que enunciava a exatidão do padrão científico europeu, servindo deliberadamente para fins de legitimação das conquistas territoriais empreendidas durante a primeira metade do século XVIII.

A rústica cartografia das conquistas portuguesas no contexto das explorações sertanistas foi produzida nos interstícios dos padrões normativos hegemônicos das conquistas europeias da América, resultado da intensa circulação entre padrões eruditos e não eruditos europeus, apropriando-se de informações de exploradores dos territórios e de seus contatos com povos ameríndios. Não podemos equivaler essa cartografia à cartografia erudita europeia, embora ambas integrem a lógica da expansão europeia da Época Moderna. Os conhecimentos mobilizados em uma e outra, contudo, não podem ser hierarquizados, uma vez que são resultados de *operações* diversas.

O mapa de Miguel Ciera surge como resultado de uma expedição de demarcação de limites, após a consolidação do domínio português em um gigantesco território apenas parcialmente conquistado. A coincidência dos perfis esquemáticos não é oriunda de uma comunicação entre os mapas, mas da leitura que os autores de ambos fizeram do ambiente que percorreram, partilhando de aspectos comuns na forma de representá-lo. Enquanto Ciera espacializa informações de uma região ~~em~~ com ambientes coloniais fixos e caminhos regulares, o *Mapa Rudimentar* oferece indícios sobre as práticas de conquista que permitiram, cerca de quarenta anos depois, a emergência do mapa de Ciera.

Um trecho do livro de Brotton destaca o lugar do mapa na exploração de territórios pela Coroa portuguesa, em particular no contexto da conquista da costa africana:

Affonso's contract with Gomes¹⁵ united maritime discovery and territorial mapping with the new mechanisms of long-distance trade and exchange required to extract maximum financial benefit from the new commercial possibilities created by Portuguese dealings with West Africa, and in particular the lucrative trade with the ports and islands of Guinea. (...) The maps and charts which facilitated this diversification in mechanisms of both trade and merchandise accrued a new social and political status as prized objects in their own right, startlingly vivid material objects which were symptomatic of the impact these new techniques of long-distance travel and commercial acquisition had on the growing prosperity and political importance of both the Portuguese crown and its merchants. The map was therefore situated at the nexus

¹⁴ Sobre o lugar da "imaginação" na formulação de mapas, mesmo os mais contemporâneos, ver WRIGHT, 1947, p. 1-15).

¹⁵ O contrato a que Brotton faz referência foi a concessão do monopólio de exploração do Golfo da Guiné a Fernão Gomes, em 1469.

of these new forms of travel, exchange and acquisition (...). (BROTTON, 1997, p. 159, grifos nossos)

A forma de representar as terras que eram domínio de sociedades ameríndias é um elemento que oferece aberturas para explorarmos como os “mapas sertanistas” articulavam-se às práticas de conquista em diversas escalas. Em *Idea da Topografia...* são duas as referências aos territórios indígenas, uma ao “Reyno do Gentio Guaia” e outra aos “Caiapous Índios infames”. Embora nas primeiras décadas do século XVIII os mapas eruditos de vanguarda pareçam ter suprimido o julgamento moral na representação desses territórios, os mapas da Época Moderna são fartos de exemplos. O primeiro mapa que denomina *América* as terras descobertas pelos europeus utiliza as palavras “cambales” (canibais) e “paria” para fazer referências aos índios americanos. Já o uso da palavra “reino” serviu a muitos mapas para referências aos territórios ameríndios. O uso de expressões pejorativas ou termos não condizentes com a organização social das sociedades indígenas em mapas tão diversos poderia confirmar a tese de que os mapas da conquista, sejam eles eruditos ou não, constroem uma invenção do território que é externa ao modo que os diversos povos ameríndios representam o espaço.

A questão se complica quando nos parece indubitável que algumas informações espacializadas nos “mapas sertanistas” foram obtidas por meio do contato entre exploradores e povos ameríndios. Os sertanistas conheciam várias idiomas dos povos ameríndios e a proximidade com as aldeias jesuíticas hispano-americanas de *Moxos* e *Chiquitos* colocavam os exploradores em contato com ameríndios que conheciam a língua espanhola. Essa era, sem dúvida, uma característica marcante da cartografia do sertanismo: a de ser uma cartografia produzida na interação com as práticas de exploração e conquista do território.

No entanto, essa não era uma característica exclusiva dessa cartografia. O próprio Cortesão explora as possibilidades de comunicação entre as informações e representações cartográficas ameríndias e a confecção de mapas eruditos europeus no século XVIII. Entre os muitos exemplos, o autor aponta que “nas cartas dos demarcadores de limites estabelecidos pelos Tratados de 1750 e 1777 (...) encontram-se, com frequência, longos traçados de rios, feitos exclusiva e declaradamente por informações indígenas” (CORTESÃO, 2009, Tomo 1, p. 53-54).

Longe de constituir-se em caso específico da cartografia portuguesa, estamos diante de um procedimento comum às *relações de produção* dos mapas eruditos da Época Moderna. Estudos como o de Júnia Furtado (2006; 2012) sobre a produção do mapa *Carte de l’Amerique méridionale*, de Jean-Baptiste B. D’Anville, e o de Neil Safier (2008), sobre a expedição ao Peru feita por Charles-Marie de La Condamine, evidenciam que muitas vezes os cartógrafos usaram como referência para seus mapas - elaborados com todo o rigor da ciência - relatos, roteiros e mapas produzidos por personagens que percorreram os territórios e colheram informações das mais diversas formas, inclusive no contato com as diversas sociedades ameríndias. Portanto, elementos da “geografia dos índios” espacializaram-se tanto na produção cartográfica não erudita produzida no contexto da exploração do território quanto na cartografia erudita, mesmo aquela considerada pelos cartógrafos coevos como *mais científica*. É assim que entendemos como o aclamado mapa de Guillaume de L’Isle reproduz para o centro da América do Sul a mítica lagoa das narrativas espanholas, também presente em diversos outros mapas holandeses e franceses.

Mas a referência aos Caiapó como “índios infames” significa muito mais que a reprodução de uma tradição cartográfica, é a expressão da continuidade de práticas de conquista do território que tiveram início ainda no século XVI, mas que encontraram no século XVIII um contexto diverso. Os “mapas sertanistas” não podem ser dissociados de toda uma gama de documentos (relatos, crônicas, correspondências, roteiros) que construíram imagens verbais e não verbais do espaço interior do continente americano. Em diálogo íntimo com os mapas estavam os roteiros e notícias recolhidos pelo padre Diogo Soares. Nesses documentos, assim como nos mapas, a imagem dos Caiapós é mobilizada no intuito de expor uma presença indesejada, um obstáculo aos desígnios da colonização. Vejamos o relato do sertanista Antonio Pires de Campos:

Este gentio (Caiapó) é de aldeias, e povoa muita terra por ser muita gente, cada aldeia com seu cacique, que é o mesmo que governador, a que no estado do Maranhão chamam principal, o qual os domina, estes vivem de suas lavouras, e no que mais se fundam são batatas, milho e outros legumes, mas os trajes destes bárbaros é *viverem*

nus, tanto homens quanto mulheres, e o eu maior exercício é *serem corsários* de outros gentios de várias nações e prezarem-se muito entre eles a quem mais gente há de matar, sem mais interesse que comerem os seus mortos, por *gostarem muito da carne humana*, e nos assaltos que dão aqui e presas que fazem reservam os pequenos que criam para seus cativos: as armas de que usam são arcos muito grandes e flechas (...). Este gentio não usa por guerra como fazem os outros, *tudo levam de traição e rapina*, e nas suas campinas cursam muita terra de outros gentios a quem causam muitos descômodos com as suas traições; este próprio gentil chega a fazer dano ao rio chamado Tacoari (CAMPOS apud TAUNAY, p. 181). (grifos nossos)

Vivem nus, são corsários, comem carne humana, tudo levam de traição e rapina. Essas descrições poderiam ser tiradas de muitos relatos sobre as conquistas portuguesas desde o século XVI, sempre servindo ao mesmo propósito: justificar, legitimar e fomentar a conquista dos territórios e braços ameríndios. De todos os relatos e roteiros de sertanistas, o de Pires de Campos é o que cita a diversidade de povos ameríndios. São mais de oitenta denominações diferentes. Para atribuir características aos diversos povos, o sertanista manipulou imagens presentes desde os primeiros tempos das conquistas europeias na América. No entanto, é inegável que Antonio Pires de Campos, até para o sucesso do seu negócio, possuía um considerável conhecimento sobre o modo de vida, a organização social e, principalmente, as alianças e desavenças entre as diversas parcelas étnicas.

A referência aos índios Caiapó, e à sua infâmia, no mapa, mais esconde do que revela sobre as relações de conflito e de alianças entre os conquistadores e os diversos povos ameríndios que habitavam os caminhos e as terras conquistadas pelos adventícios. Mais revela muito sobre como os exploradores construíam discursos que legitimavam o avanço sobre o território dos mais diversos povos.

A retórica da cartografia da conquista constituía-se, portanto, como um discurso que, de forma deliberada ou não, justificava, autorizava e impulsionava práticas sociais. Como afirma Denis Wood “Power is a measure of work. Which is what maps do: they work” (WOOD, 2010, p. 1). Ao inserir a presença dos Caiapós (e também nos relatos, crônicas, correspondências) em um amplo território, fazia-se os mapas agirem, ao mesmo tempo, em duas frentes: na luta contra o domínio territorial Caiapó e na fabricação de um silêncio sobre a diversidade de povos indígenas que, a pretexto da luta contra os Caiapó, eram aprisionados e feito escravos.

A escravização de índios era uma prática econômica fundamental na expansão territorial das conquistas portuguesas no centro da América do Sul. Sua contínua expansão permitiu a estruturação de uma economia escravista que vinculou São Paulo ao mercado atlântico e financiou as expedições exploratórias que encontrariam metais preciosos em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. A primeira metade do século XVIII foi um período de mudanças na composição da força de trabalho na capitania de São Paulo. Por volta de 1750, regiões como Taubaté, na qual a mão de obra “administrada” indígena compunha, em 1680, cerca de 98% dos inventários, em 1720 já era “apenas” 41%, sendo superada pela mão-de-obra escrava de origem africana (ALVES, 1999, p. 62).

Estaria a atividade de aprisionamento e venda de índios arrefecendo-se com a consolidação da conquista? Os conflitos com ameríndios, pelo que podemos perceber, continuaram intensos. Nos últimos trechos do seu relato, o secretário de Governo de Rodrigo César de Meneses narra que “porque achando-se elas [Minas do Cuiabá] cercadas de várias nações de gentio, que nos deixavam alargar pelo centro do sertão matando e sustentando-se de carne humana, procurou reconduzi-los e metê-los de paz sua S.^a Ex.^ª”. Primeiramente tentara o governador persuadi-los com “mimos de fumo, facas e outras semelhantes drogas, de não pouco estimação para eles: mas estes não só recusaram nossa amizade, mas responderam que eram homens, e que só à força de armas seriam mortos ou conquistados”. Depois da “insolente resposta” Rodrigo César “mandou (...) por logo pronto um cabo com bastantes soldados sertanistas com ordem positiva, que os atacassem em qualquer parte, que os achassem: assim se fez e sem embargo de uma vigorosa resistência”. O resultado: “mataram os nossos uma grande parte deles e trouxeram prisioneiro o resto com toda a sua família. Espera-se que os mais cabos, que S.^a Exc.^a mandou a diferentes partes consigam a mesma felicidade” (REBELO in TAUNAY, p. 104).

Mas uma vez a alusão ao consumo de carne humana reforça a legitimidade da luta contra os ameríndios. Somada a isso, a “insolência” após a tentativa por parte do governador de fazer “amizade” com índios,

permitiu-o romper a fronteira entre as relações “pacíficas” e legitimar a morte e o aprisionamento. Embora o discurso de Rebelo chegue ao fim com a palavra “felicidade”, talvez a maior delas para os sertanistas fora silenciada por Rebelo. Já o governador Rodrigo César de Meneses ao escrever ao rei D. João V, em 17 de março de 1727, é mais específico quanto ao mesmo episódio, apontando que após a recusa dos “mimos” e o desafio que os ameríndios impuseram aos colonizadores, “fiz marchar o cabo que havia escolhido e lhe dei as ordens que havia executar o que fez atacando-os vigorosamente”, e que os índios só desistiram ao “verem mortos quarenta e tantos dos seus, se renderam e foram trazidos a minha presença, que mandei repartir com igualdade, assim pelo cabo como pelos mais companheiros (...) ficando gentios administrados os dos brancos” e concluiu “espero que as outras tropas (...) tenham o mesmo sucesso”¹⁶. Após repartidos os ameríndios aos “administradores” não estava encerrado o ciclo. Barbosa de Sá afirma que parte do “povo” em 1727 “botaram-se para o sertão do gentio Bororo outros para os Parecis, que então se descobriram de onde traziam indivíduos de uma e outra nação que vendiam como escravos” (BARBOSA DE SÁ, 1901, p. 21).

Se por um lado a continuidade das práticas de conquista sertanistas nos territórios indígenas revelam a continuidade de práticas de conquista, por outro, a inserção de uma grande quantidade de escravos africanos revela que essas conquistas emergem articuladas ao comércio internacional de escravos. Mas não apenas de escravos, também de armas, pólvora, ferramentas, tecidos e etc.

A imagem construída sobre o comércio com as Minas do Cuiabá está, ainda hoje, muito ligada ao comércio *monçoeiro* tal como ele foi pensado por Sergio Buarque de Holanda (FIGURA 7). Mesmo a atribuição do nome de um dos mapas, o *Mapa da Região das Monções*, é influenciada por essa percepção da centralidade do comércio monçoeiro. No entanto, o mapa não reproduz a “rota originária” apresentada por Sergio Buarque de Holanda (HOLANDA, 1945, p. 126), uma vez que apenas em 1723 seria descoberto o varadouro de Camapuã. O mapa de 1720, portanto, não poderia representar o “célebre percurso”.

Comparando o mapa apresentado no livro de Sergio Buarque de Holanda com o *Mapa da Região das Monções* percebemos que há semelhanças que vão além dos caminhos representados. Nos dois mapas os nomes dos rios são inscritos seguindo o curso dos mesmos, e os topônimos de povoações e vilas são inscritos seguindo a mesma orientação e com um círculo marcando a localização. Obviamente que tal semelhança não se deve a uma aproximação entre os dois mapas, mas a filiação de ambos à padrões comuns de representação. Nenhum dos dois mapas possui escala ou indicações de latitude e longitude. Contudo, em relação ao mapa do autor de *Monções*, o *Mapa da Região das Monções* é muito mais rico de informações e signos.

Já as medições por dias estão em todo o mapa, tanto nos caminhos de terra, quanto nos percursos fluviais. Quanto aos caminhos de terra, a única representação dos mesmos é a quantidade de dias gastos para percorrê-los. Da direita para a esquerda, o primeiro caminho assinalado é o de São Paulo até as minas de Paranapanema. Há dois caminhos entre as duas metades do mapa, um acima, onde abandonando o rio Pardo persegue-se o Taquari, e outro abaixo, que do rio “Huminhema” (atual Ivinhema) alcançava o rio “Botetei” (atual Miranda).

Quanto às medições por dias nos caminhos fluviais são duas referências claras ao longo do rio Paraná que apontam as distâncias entre as barras dos rios Paranapanema e Tietê e entre as barras dos rios Pardo e Verde. Há ainda outro caminho ao norte das Minas de Cuiabá. A “Chapada”, provavelmente faça referência ao topônimo Chapada que identificava onde hoje se localiza a Chapada dos Guimarães, uma vez que em todo o mapa apenas topônimos aparecem com início em letras maiúsculas. O caminho cuja distância é de 12 a 14 dias é, ao que tudo indica, a distância entre as áreas de exploração aurífera e a Chapada.

O conhecimento sobre as distâncias – em dias, meses e léguas – era fundamental para o planejamento das expedições, a preparação das provisões, dos locais de pouso. Tais informações só eram possíveis a partir da vivência dos sujeitos nos espaços representados. Inscrever unidades de medida ao longo do mapa significa muito mais que simplesmente apontar distâncias. As formas de medir demonstram mais que a

¹⁶ CARTA de Rodrigo César de Meneses ao rei D. João. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 12-03-1727. AHU-Mato Grosso, cx. 1, doc. 9.

tentativa de percorrer caminhos com menos riscos, com mais precisão. Denotam a espacialização de uma temporalidade europeia associada à conquista e de práticas sociais que produzem o território.

Outra observação que podemos fazer em relação às distâncias, é que elas eram medidas em relação ao *tempo praticado* no espaço. Mesmo as distâncias em léguas não podem ser simplesmente convertidas em unidades de medidas abstratas. As distâncias percorridas levam em conta fatores como os desvios a serem feitos, a sinuosidade dos rios, o que explica, por exemplo, as discrepâncias entre as distâncias discriminadas pelos exploradores daquelas apontadas por mapas atuais georeferenciados¹⁷.

No *Mapa da Região das Monções* são representados diversos ambientes urbanos, todos da capitania de São Paulo. Próximo ao topônimo de cada um deles há um círculo. As vilas de São Paulo, Jundiá, Santana do Parnaíba e Sorocaba, além do povoado de Nossa Senhora de Nazaré possuem um círculo acima de seus nomes. Já próximo ao rio Cuiabá a referência às “Minas”, embora em linha reta, não possui o círculo (a vila seria fundada apenas em 1727).

Outro mapa revela uma rede urbana em escala bem mais ampla. Na *Idea da topographia* (Figura 2) há referência, em São Paulo, apenas à vila capital. O foco do autor são os ambientes urbanos e/ou portos, ao sul: a ilha de Santa Catarina, Maldonado, Montevidéu, Colônia de Sacramento, Buenos Aires. Em Cuiabá, o então provavelmente arraial era identificado como “Novas Minas”. Apenas junto à “Nova Colônia” (Colônia de Sacramento) e à “Buenos Ayres”, há um desenho bastante rudimentar de uma construção acima do topônimo.

Tendo em vista que os mapas tinham por objetivo demonstrar caminhos que levavam às “Novas Minas”, é plausível supor que a representação de ambientes urbanos e seus caminhos entre si e com as minas do Cuiabá indicassem a interligação de Cuiabá, por meio desses caminhos, à uma vasta rede urbana¹⁸. Para parafrasearmos Brotton, em estudo já citado, podemos afirmar que os “mapas sertanistas” situavam-se “at the nexus of these new forms of travel, exchange and acquisition” (BROTTON, 1997, 59), típicos da Época Moderna. O que esses mapas revelam (os nos ajudam a revelar) é que as relações de comércio que interligavam essa rede eram muito mais amplas do que o comércio das monções. Havia mais do que riscos toscos em cartas rudimentares que ligavam a espacialização da conquista nas Minas do Cuiabá a diversas espacialidades da América Portuguesa e Espanhola. As *monções* eram uma engrenagem em meio a uma ampla rede de relações sociais que se estendiam além do continente americano e inseria o centro da América do Sul ao *jogo das trocas* da economia-mundo europeia, para usarmos as palavras de Fernand Braudel (2005, p. 156).

Assim como jogar com as escalas pode nos ajudar a explorar as conexões entre a cartografia rústica das conquistas portuguesas no centro da América do Sul, é também alternando perspectivas micro e macro que podemos perceber como as atividades econômicas espacializam-se nos mapas. O que faz da colonização dos interiores da América uma colonização marcada pelas redes urbanas e mercantis não é simplesmente a descoberta de metais preciosos. Essas conquistas emergem no interior de um processo em curso de deslocamento das fronteiras do comércio na América, em particular no Brasil colonial. Trata-se de um período de emergência de agentes mercantis portugueses nos interiores da América (OLIVEIRA, 2015).

Não nos parece absurdo afirmar que quando as necessidades dos *jogos das trocas* - para utilizarmos as palavras de Fernand Braudel (2005, p. 156) - passaram a requisitar representações cartográficas que

¹⁷ Enquanto a distância estimada por georeferenciamento entre Porto Feliz e a foz do rio Tietê é de 620 quilômetros, a distância apontada por Taunay com base nos relatos seria de aproximadamente 1003 quilômetros. (DANIEL e BRAZIL, p. 223).

¹⁸ Uma bibliografia de referência para a utilização da noção de redes urbanas no espaço colonial português é a tese de Claudia Damasceno Fonseca, defendida em França no ano de 2001 e recentemente publicada em português. No artigo *Urbs e civitas: A Formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas* a autora retoma temas trabalhados em sua tese e elabora uma discussão sobre a noção de rede urbana e sua pertinência para os estudos da territorialização das conquistas portuguesas. Fonseca afirma que “uma das abordagens essenciais para o desenvolvimento da história da cidade colonial consiste em estudar as relações existentes no interior das redes urbanas”. A autora chama atenção ainda para “a importância da análise das questões fundiárias para um melhor entendimento dos processos de gênese das povoações coloniais e das possibilidades reais de controle da forma urbana pelas autoridades locais” (FONSECA, 2012, p. 81;101).

atendessem as necessidades, entre outras, da economia que então se expandia, conhecimentos dominados não apenas por ameríndios, mas por povos que os europeus mantinham contato, pareceram sem dúvida eficazes para a produção de mapas, roteiros, notícias. Os conhecimentos da “geografia indígena”, assim como a de outros povos não europeus, atendiam a *priori* fins práticos e imediatos da conquista e da colonização.

Os mapas rústicos do sertanismo tinham circulação restrita entre os exploradores dos territórios e as autoridades metropolitanas que recolhiam notícias das expedições exploratórias. Mais restrita ainda na Europa, tanto que não figuravam conhecimentos desses mapas na tradição cartográfica europeia em relação aos territórios ao centro da América do Sul durante toda a primeira metade do século XVIII.

Quando Diogo Soares escreveu ao rei em 1730 para informar que se achava de posse dos mapas, roteiros dos melhores sertanistas, seu objetivo era “dar princípio a alguma carta, porque as estrangeiras andam erradíssimas, não só no que toca ao Sertão, mas ainda nas alturas e longitudes” (SOARES apud TAUNAY, 1981, p. 28). Que o projeto que D. João V para o mapeamento dos territórios portugueses na América esteve muito mais concentrado na geopolítica que no “rigor científico”, diversos estudos não deixaram de notar. Era necessário um discurso científico que legitimasse os interesses geopolíticos. Quando Diogo Soares insere as variáveis “sertão”, “alturas” e “longitudes”, trata-se de uma equação na qual o “sertão” tem um valor fundamental para outras duas, justamente por ser a “menos científica” das três e a única que os portugueses dominavam praticamente sozinhos e por isso, dificilmente poderiam ser contestados. Foi a manipulação da localização dos interiores que permitiu aos portugueses “arrastar” o centro da América do Sul para uma longitude sabidamente equivocada.

Foi justamente a relação que a cartografia do sertanismo mantinha com os territórios que representava que conferiu às suas rústicas técnicas valor social inestimável. Não, obviamente, por estas serem de fato “espelhos da realidade”, mas por mobilizarem um conhecimento útil e significativo para a exploração econômica e elaboração de estratégias políticas e geopolíticas, enfim, para a espacialização de conquistas portuguesas no centro da América do Sul.

Embora com contornos bem delineados e com fundamentação teórica bastante sofisticada, perspectivas de história da cartografia que reforçam a exterioridade do discurso dos mapas em relação aos territórios são bastante perigosas, e em muitos aspectos. Em primeiro lugar retiram dos sujeitos sociais o lugar que os mesmos tiveram na produção do espaço, em suas diferentes dimensões. Em segundo, criam a falsa impressão de que os territórios americanos poderiam ser representados por europeus a despeito dos relatos, crônicas, notícias que construíram imagens sobre esses espaços, escritos por pessoas (ou com referências a relatos de pessoas) que os percorreram. Em terceiro, não levarem em conta como os discursos presentes nos mapas espacializavam-se, impulsionando e justificando práticas de conquista nos territórios representados. Por fim, perde-se a percepção sobre a circularidade de conhecimentos locais que habitam, de forma mais ou menos tácita, os mapas.

Ou seja, se a análise da função de um mapa pronto e de sua circulação é fundamental para a história da cartografia, o é também o estudo das relações sociais e das *operações* que permitiram o nascimento do mapa, cuja “genética” esconde heranças insuspeitas à primeira vista.

A cartografia do sertanismo – relatos e mapas – integrava, portanto, a cartografia da Época Moderna. Expressavam, à sua forma, os designios da desterritorialização e reteritorialização de espaços, integrando-os aos jogos das trocas da economia em escala mundial, espacializando práticas de exploração de pessoas e de recursos naturais. Confeccionados com a mobilização de conhecimentos empíricos, convertiam-se em mapas instrumentalizáveis em diversos níveis. Não visavam a exatidão matemática, mas nutriam-se de legitimidade e autoridade nas *operações* que transformavam as *coisas* vistas em *imagens* identificáveis e verossímeis aos seus utilizadores. Tal característica conferiu-lhe valor não apenas junto aos exploradores imediatos (paulistas, portugueses, comerciantes, aprisionadores de ameríndios, fazendeiros, mineradores e etc), mas também à Coroa portuguesa e aos cartógrafos eruditos.

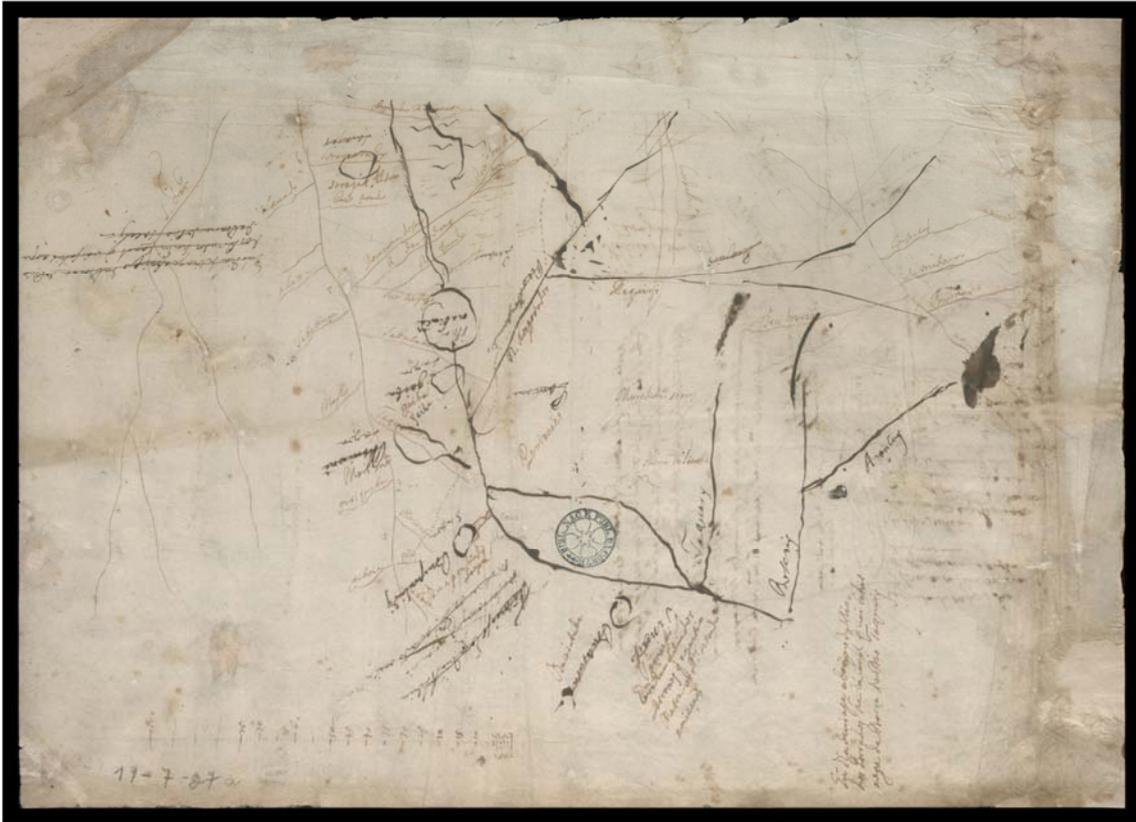


FIGURA 1 - *Mapa rudimentar do alto Paraguai com seus afluentes entre os quais o Cuiabá e o Porrudos, atual São Lourenço* ca. 1720. Dimensão: 31x43,5 cm. Coleção: Biblioteca Nacional Publica da Corte. Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.



FIGURA 2 - *Mapa da região das monções de São Paulo a Cuiabá* ca 1720. Dimensão: 55x104,5cm. Direitos: Biblioteca Nacional (Brasil) Coleção: Bibliotheca Nacional Publica da Corte.

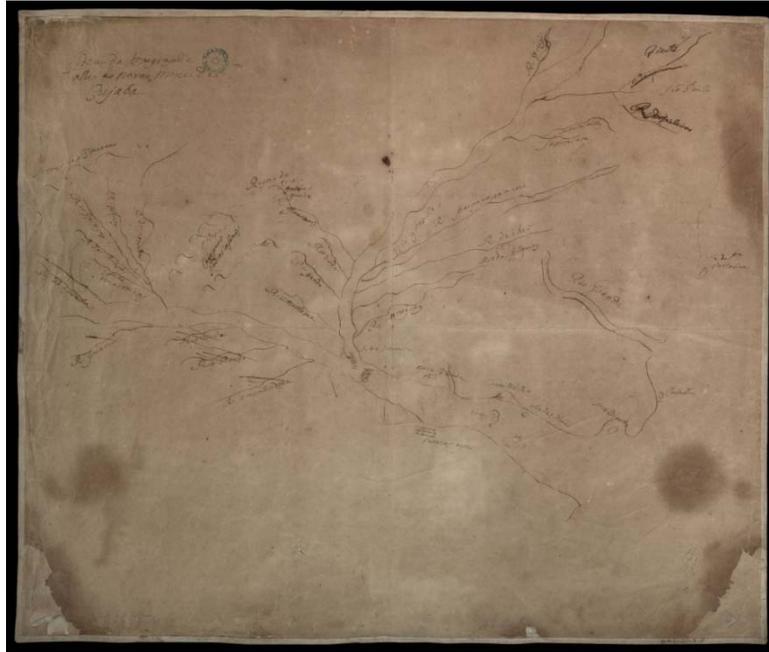


FIGURA 3 - *Idée de la topographie athe as novas minas de Cujaba* ca.1720. Dimensão: 55 x 65cm. Coleção: Bibliotheca Nacional Publica da Corte. Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.



FIGURA 4 - *Detaile America Accurate in Imperia, Regna, Status et Populos Divisa, ad Usus Ludovici XV Galliarum Regis/Carte d'Amerique*, 1722. Autor Guillaume De L'Isle. Acervo da Biblioteca Digital – Cartografia Histórica – USP.

Trata-se de uma cópia de 1742, produzida pela editora holandesa Covens e Mortier.

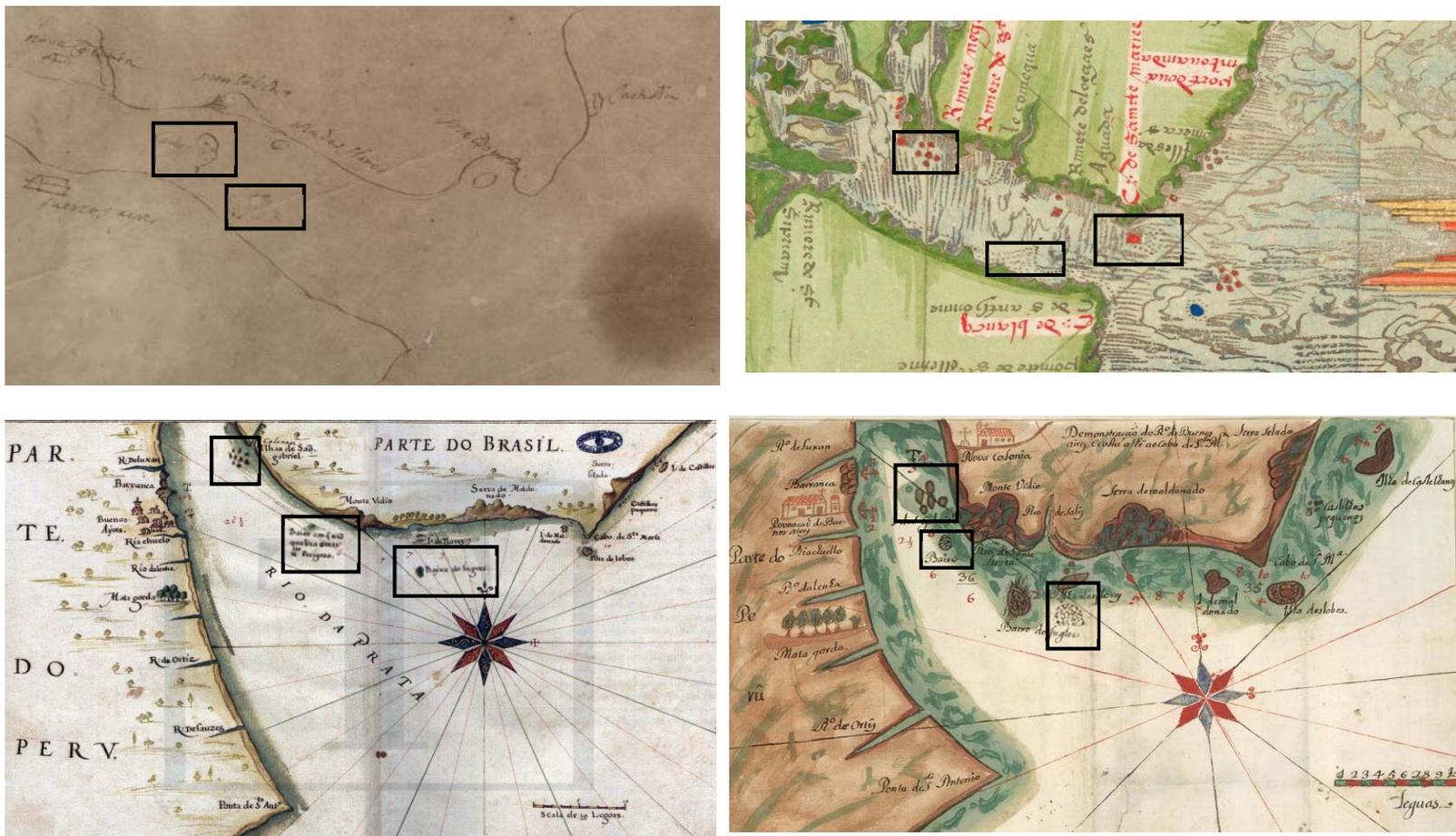


FIGURA 5 - Detalhes dos mapas: *Idea da Topographia* op. cit. (acima/esquerda); *Amerique* de Guillaume Le Testu (1755, p. 96) (acima/direita); Descrição de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz chamado vulgarmente de Brasil, de João Teixeira Albernaz (1640, p. 21) (abaixo/esquerda); Demonstração da Costa desde Buenos Ayres athê a Villa de Santos, Bartolomeu Pais de Abreu (1719). Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

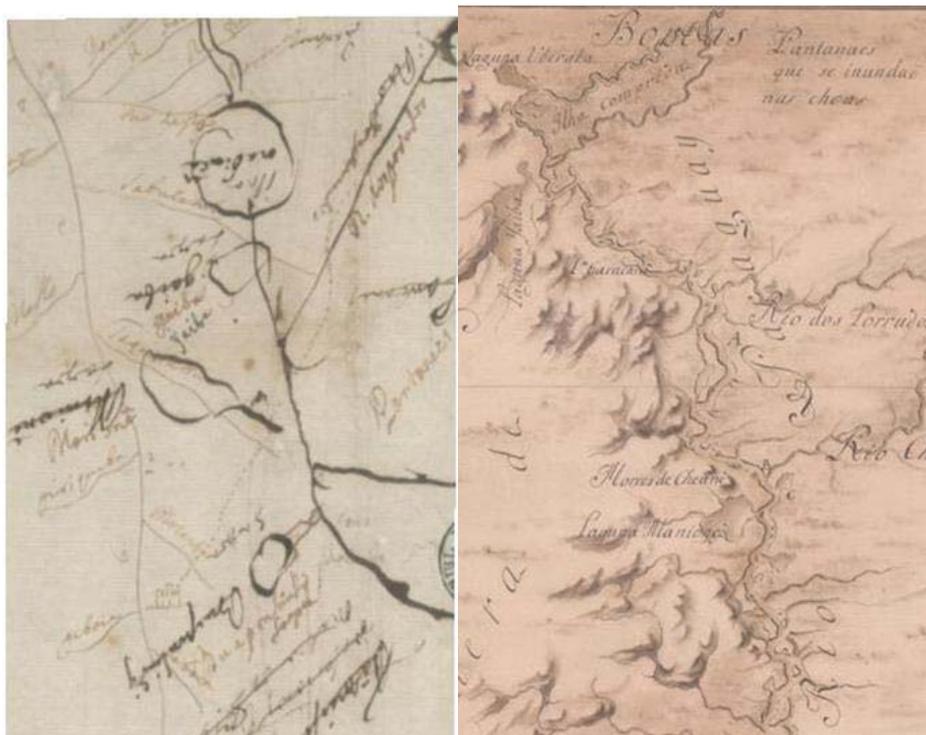


FIGURA 6 - Detalhes: *Mapa rudimentar. Op. cit.* (esquerda) e CIERA, Miguel. *Mappa geographicum quo flumen Argentum, Paraná et Paraguay: exactissime nunc primum describuntur, facta incho a nova Colonia ad ostium usque fluminis iauru ube, ex pactis finium regundorum Carta VIII, 1758.* Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

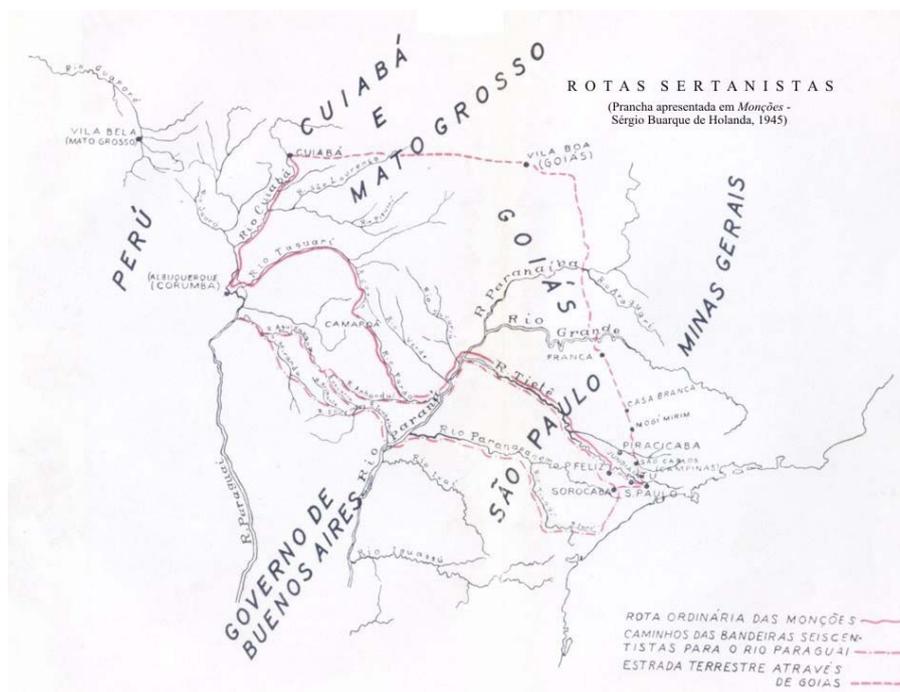


FIGURA 7 - Fonte: HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. *Monções.* Rio de Janeiro: Casa do Estante do Brasil, 1945, p. 126. Cópia digital disponível em www.ufgd.edu.br/omardaniel.

Bibliografia

- ALBERNAZ, João Teixeira. Descrição de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz chamado vulgarmente Brasil. Lisboa, 1640. Disponível em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4162623>
- ALVES, Maurício M. *Caminhos da pobreza: a manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729)*. Taubaté/SP: Prefeitura Municipal de Taubaté, 1998.
- BASTOS, Uacury Ribeiro Assis. *Expansão territorial do Brasil Colônia no Vale do Paraguai (1767-1801)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1972.
- BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2002.
- BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico (...) v. 5. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/mapa>.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo século XV- XVIII*. v. 2. O jogo das trocas. Tradução Maria Antonieta Magalhães Godinho. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BROTON, Jerry. *Trading territories*. Mapping the early modern world. Londres: Reaktion Books, 1997.
- BUENO, Beatriz P. S. "Entre teoria e prática: a cartografia dos engenheiros militares em Portugal e no Brasil, séculos XVI-XVII". *Terra Brasilis*, Rio de Janeiro, n° 7-8-9, p. 61-96, 2005/2006/2007.
- CAMPOS, Antonio Pires de. "Breve notícia que dá o capitão Antonio Pires de Campos". In TAUNAY, Afonso de. *Relatos Sertanistas*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976, p. 181-200.
- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Tomo I. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 2001.
- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Tomo II. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 2001.
- CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009.
- CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009.
- COSTA, Antônio Gilberto. "Dos Roteiros de Todos os Sinais da Costa até a Carta Geral: um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império", In COSTA, Antônio Gilberto (org). *"Roteiro prático de cartografia da América Portuguesa ao Brasil Império"*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 83-223.
- COSTA, Maria de Fátima. "De Xarayes ao Pantanal: a cartografia de um mito geográfico". *Revista do IEB*. v. 45, p. 21-36, 2007.
- COSTA, Maria de Fátima. "Miguel Ciera: um demarcador de limites no interior sul-americano (1750-1760)". *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.17. n. 2, p. 189-214, 2009.
- DANIEL, Omar e BRAZIL, Maria do Carmo. "Sobre a rota das monções. Navegação fluvial e sociedade sob o olhar de Sérgio Buarque de Holanda". *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 169, p. 209-226, 2008.
- EDNEY, Matthew. "A história da publicação do Mapa da América do Norte de John Mitchell de 1755". *Varia Historia*, v. 23, nº 37, p.30-50, 2007.
- FERREIRA, Mario C. "Cartografar o sertão: a representação de Mato Grosso no século XVIII". *Anais II Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, Lisboa, 2007.
- FONSECA, Claudia Damasceno. "Urbs e civitas: a Formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas". *Anais do Museu Paulista*. v.20. n.1, p. 77-108, 2012.
- FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'El Rei*. Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

FURTADO, Júnia e SAFIER, Neil. "O sertão das Minas como espaço vivido: Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia europeia sobre o Brasil". PAIVA, Eduardo F. *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (século XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 263-277.

FURTADO, Júnia. *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

GARCIA, João Carlos e VARGAS, Hector Mendonza. "História da Cartografia nos países ibero-americanos". *Terra Brasilis* n° 7-8-9, Rio de Janeiro, , p. 7-29, 2005-2006-2007.

GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI-XVIII*. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. Tradução Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

HARLEY, J, Brian e ZANDVLIET, Kees. "Art, science, and power in sixteenth-century Dutch cartography". *Cartographica*. v. 29, n° 2, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3ª Edição. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

KOK, Glória. "Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa". *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. n°. ser. v.17. n. 2. p. 91-109, jul.-dez., 2009.

LE TESTU, Guillaume. *Cosmographie universelle, selon les navigateurs tant anciens que modernes / par Guillaume Le Testu, pillotte en la mer du Ponent, de la ville francoyse de Grâce*, 1555. Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8447838j.r=guillaume%20le%20testu>.

LOIS, Carla. *Plus Ultra Equinoctaliem: El 'descubrimiento' del Hemisfério Sur en Mapas y Libros de Ciencia en el renacimiento*. Tese de Doutorado. Universidade de Buenos Aires, 2008.

MIGNOLO, Walter D. *The Darker Side of the Renaissance: Literacy, Territoriality, and Colonization*. Ann Arbor: U of Michigan P, 1998.

MUNDY, Barbara E. *The mapping of New Spain: indigenous cartography and the maps of the relaciones geográficas*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

OLIVEIRA, Francisco Roque de. "História da cartografia brasileira e mapoteca segundo Jaime Cortesão: o concurso do Itamaraty de 1944". *Anais do 3º Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia*. São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações: a economia colonial no centro da América do Sul (primeira metade do século XVIII)*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP, 2012.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. "Cartografias do 'sertão': os mapas sertanistas nos discurso histórico que Jaime Cortesão e Sérgio Buarque de Holanda". *Territórios & Fronteiras*, v. 6, n. 2, p. 188-210, 2013.

OLIVEIRA, Tiago K. de. "O capital mercantil no centro da América do Sul e as fronteiras do comércio na América colonial (primeira metade do século XVIII)". *Revista de Índias*, 2015 (a publicar).

PADRON, Ricardo. "Mapping Plus Ultra: cartography, space, and Hispanic Modernity". *Representations*, n. 79, , p. 28-60, 2002.

REBELO, Gervásio Leite (1727). "Notícia 6ª prática, E a relação verdadeira da derrota e viagem, que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá o Exmo. Sr. Rodrigo César de Meneses governador e capitão-general da Capitania de São Paulo e suas minas. descobertas no tempo do seu governo, e nele mesmo estabelecidas", in TAUNAY, Affonso de E. *Relatos Monçoeiros*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. pp. 103-129.

ROSA, Carlos Alberto. *O urbano colonial na terra da conquista* in ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de, *A terra da conquista: história de Mato-Grosso Colonial*. Cuiabá: Ed. Adriana, 2003.

SAID, Edward W. *Orientalismo*: oriente como invenção do ocidente. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoeiros*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1981.

WOOD, Denis and FELS, John. "Designs on signs / myth and meaning in maps". *Cartographica* . v. 23 nº 3, pp. 54–103, 1986.

WOOD, Denis. *Rethinking the power of maps*. Nova York: Guilford Press, 2010.

WRIGHT, Jonh. "The place of the imagination in Geography". *Annals of the Association of American Geographers*, v. 37, n. 1, , pp. 1-15, 1947